



Luís Felipe Miguel (UnB)

Biografia:

Luís Felipe Miguel é professor titular livre da UnB, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), além de pesquisador do CNPq. É autor, entre outros livros, de *Democracia e representação* (Editora Unesp, 2014), *Democracia na periferia capitalista* (Autêntica, 2022) e *Marxismo e política* (Boitempo, 2024). Contato: luisfelipemiguel@gmail.com

Entrevistadores:

Prof. Dra. Raquel O. Moreira

Historiadora (UnB), doutora e mestre em Ciência Política (UFF), com ênfase em Políticas Públicas. Atualmente é editora-chefe da Revista Com censo. Contato: raquelmoreira.nic@gmail.com

Prof. Dra. Gislene Barral

Doutora e mestre em Literatura (UnB), licenciada em Letras (UFMG) e bacharel em Jornalismo (Uni-BH). Pesquisadora da UnB. Atualmente é revisora de textos e tradutora. Contato: gislenebarral@felipedasilva.com

Prof. Dr. André Almeida Cunha Arantes

Doutor em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília e Pós-doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atualmente é editor-adjunto da Revista Com Censo. Contato: andre.arantes@gmail.com

A ciência e a política de transformação social: uma conversa com Luís Felipe Miguel

Nota contextual: Como parte das celebrações dos 10 anos da Revista Com Censo (RCC), entrevistamos o professor Dr. Luís Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB). Luís Felipe Miguel reflete sobre sua trajetória acadêmica e militância política, abordando temas como democracia, desigualdades e divulgação científica. Ele critica o enfraquecimento da confiança na ciência, provocado por mudanças no ambiente de comunicação e pelo avanço do negacionismo, defendendo o método científico e a produção de conhecimento no Brasil. Miguel também analisa os desafios das publicações científicas, criticando a predominância do inglês e a pressão por índices bibliométricos, que afastam a ciência do público brasileiro. Além disso, destaca a necessidade de financiamento adequado para a ciência, ressaltando a importância da educação e da pesquisa para o desenvolvimento nacional. Por fim, enfatiza a democratização do conhecimento e a inclusão científica como estratégias para uma sociedade mais justa, menos violenta e menos desigual.

1. Revista Com Censo (RCC): Em sua trajetória pessoal e profissional, temas como democracia e desigualdade social estiveram presentes nos seus escritos e debates em que participa, principalmente quando se refere ao caráter emancipatório da democracia como fundamento e ao novo ambiente comunicacional contemporâneo. Fale-nos um pouco de seu percurso pessoal e de como esses assuntos permearam sua trajetória.

Luís Felipe Miguel: Na verdade, é sempre difícil entender como é que se forma um percurso. A gente acaba construindo um caminho, aquilo que Pierre Bourdieu chamava de uma “ilusão biográfica”, mas as nossas escolhas acabam sendo muitas vezes circunstanciais. Só depois que a gente vai formar um sentido. Posso dizer que eu venho de uma família politizada, com posições à esquerda; então, essas questões me acompanham desde minha infância. Havia muita discussão política em casa, e eu comecei uma militância partidária muito cedo, garoto ainda, e também muito cedo comecei a trabalhar como jornalista de política. Quando terminei minha graduação, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, eu já me sentia desestimulado com o discurso partidário e jornalístico sobre a política. Foi isso que me fez estudar Ciência Política, fazer um mestrado na Ciência Política e um doutorado em Ciências Sociais com ênfase na Ciência Política. Havia esta busca de uma compreensão mais ampla e sofisticada dos fenômenos da política, mas sempre pensando do ponto de vista de uma política para construção de uma sociedade mais justa, menos violenta, menos desigual e mais democrática. Então, essas discussões que relacionam a ideia de

democracia com desigualdades reais, provocadas pelo capitalismo e também pela dominação masculina e o racismo, vão estar sempre no centro de minhas pesquisas, mesmo que essas pesquisas tenham temas tão diversos. Eu comecei trabalhando com relações civis-militares, trabalhei com a relação entre meios de comunicação e política, trabalhei com teoria da democracia, trabalhei com questões de gênero, trabalhei com questões de classe, mas essa preocupação sempre está de alguma maneira em tudo o que eu faço.

2. RCC - Ao longo dos últimos 10 anos, a Revista Com Censo tem contribuído para a democratização do conhecimento e para o letramento científico na educação básica. Como você avalia o papel de publicações científicas no fortalecimento da educação pública e na popularização da ciência no Brasil?

Luis Felipe Miguel: Acredito que a gente tem que ter tanto a publicação científica quanto a divulgação científica, que são duas ferramentas diferentes, porém necessárias. É importante que a gente dê a maior visibilidade possível ao entendimento do que é a ciência. Parece que durante muito tempo mantivemos a crença, que se mostrou equivocada, de que havia uma confiança disseminada da sociedade nos discursos científicos. Muitas vezes, a preocupação era em fazer com que essa confiança não fosse ingênua demais, mostrar que a ciência não era infalível, que a ciência também estava vinculada a determinados interesses, mostrar que a ciência não era o caminho definitivo para resolver todos os nossos problemas milagrosamente.

Mas o que se viu nos últimos tempos, e isto tem a ver com a mudança no ambiente de comunicação provocada sobretudo pela difusão das plataformas sociodigitais – que mudaram os fluxos de transição do conhecimento, os fluxos de informação e o ambiente de comunicação geral e, também associado a isto, o surgimento de uma extrema direita muito agressiva –, é que não existe essa confiança tão grande na ciência. Existe hoje uma desconfiança muito disseminada no discurso científico, um reforço dos preconceitos e do senso comum, o reforço de uma visão pouco informada da realidade, que não admite aquilo que é próprio do fazer científico, que é olhar para além da aparência das coisas. Fazer ciência é usar métodos que nos permitem questionar aquilo que, aos nossos olhos desarmados, aparece como óbvio.

Então, a gente tem que reforçar a ideia do método científico e explicar o valor dos diferentes tipos de ciência — das ciências naturais e das ciências humanas —, mostrando como elas são importantes para abrir a nossa mente e ampliar potencialmente a nossa autonomia como indivíduos e como sociedade. Isto é tarefa da divulgação científica e da escola. É claro que a ciência

de ponta, muitas vezes, exige investimentos pesados, em termos de familiaridade com teorias, com experimentos e mesmo com um vocabulário próprio, e, portanto, talvez não seja algo acessível a todos, mas utilizar as ferramentas da ciência para resolver os problemas no dia a dia, ter um olhar científico sobre o nosso cotidiano e, a partir daí, desenvolver algum tipo de pesquisa que possa contribuir para produção do conhecimento, isso pode e deve ser democratizado.

Este é um esforço que tem que ser feito em muitos níveis. É importante combater, em primeiro lugar, algumas posturas que, infelizmente, são muito presentes, de que o Brasil é um país condenado a ser consumidor da ciência produzida em outros lugares, ou que o papel da nossa escola é simplesmente formar mão de obra para servir a empresas que vão trabalhar com ciência e tecnologia vindas de fora. Não podemos compactuar com essa percepção. Nós temos que expandir a produção do conhecimento a partir da nossa realidade, com as nossas preocupações. Isso não significa se isolar, parar de dialogar com o que se produz no resto do mundo, mas entender que, a partir do nosso lugar como país periférico e sul-americano, com as nossas dificuldades, nossos desafios e os problemas que temos que enfrentar, temos que produzir ciência. Temos que ter isto em mente, que a possibilidade de produção do conhecimento científico, a possibilidade de consumir, de uma maneira consciente, esse conhecimento e a possibilidade de intervir na produção desse conhecimento gerando novos conhecimentos, é uma condição de soberania nacional e uma condição, também, de dar às pessoas uma maior autonomia, uma consciência maior sobre a sua própria vida.

Nesse sentido, como projeto nacional, infelizmente recuamos muito. Não que estivéssemos numa situação confortável, mas recuamos muito com o avanço das percepções negacionistas sobre a ciência e, por outro lado, com as percepções de que o Brasil deve se conformar com o papel subordinado no cenário internacional. Isso inclui a ideia de que o Brasil deve abrir mão de ser um produtor de ciência porque seria mais conveniente e mais barato comprar ciência de fora.

Por outro lado, em paralelo com o negacionismo científico crescente, existe uma espécie de crença no poder milagroso da tecnologia. Parece paradoxal, mas são discursos complementares: o colapso climático pode ser negado ou, quando não é mais possível sustentar que ele não existe, impede-se que se tomem as medidas necessárias para freá-lo (que passam impreterivelmente por enfrentar a acumulação capitalista) com a ideia de que uma nova tecnologia qualquer viria nos salvar, sem que fosse preciso qualquer mudança na estrutura social. Mais uma vez, o letramento científico é condição necessária para combater esse tipo de ilusão interessada. Necessária, mas não suficiente: é preciso também vontade política.

3. RCC - Diante da importância crescente do Qualis na avaliação dos periódicos, como você vê a relação entre a busca por melhores classificações e o compromisso com a missão original de um periódico?

Luiz Felipe Miguel - É importante refletir sobre qual é o sentido de um periódico científico. Às vezes, parece que a publicação é um objetivo em si mesmo. Na verdade, muito da maneira como se organiza o campo científico universitário no Brasil contribuiu para isso. As pessoas são obrigadas a publicar, a fim de conseguir passar em concursos e progredir na carreira. Isto tem criado, inclusive, uma indústria dos chamados “periódicos predatórios”, que, simplesmente, cobram pela publicação e publicam qualquer coisa rapidamente. Esta é uma daquelas situações em que um incentivo pensado para ser um estímulo positivo — cuja ideia era a de premiar a publicação, porque assim já estaria estimulando a pesquisa e a produção da ciência —, acabou gerando efeitos adversos, na medida em que os agentes buscam atalhos.

O objetivo não é simplesmente publicar, é participar de diálogos com outros cientistas e com a sociedade também, então é preciso levar isso em consideração. Uma publicação que não ajuda na formação do pesquisador, que não participa do diálogo com outras pessoas que trabalham com aquela mesma questão, que não é incorporada pela sociedade em seus próprios debates, essa publicação não tem grande sentido. Ela é simplesmente para pontuar no currículo.

Então, esse é o primeiro ponto: a publicação científica tem que estar voltada para algo além dela, além da carreira do pesquisador. É claro que, para isso, é necessário um sistema de publicações que acolha as contribuições de pesquisadores em vários momentos da sua formação. Isso não significa dizer que apenas os pesquisadores seniores, com muita experiência, deveriam publicar. A publicação também é parte do treinamento dos novos pesquisadores; que, dessa maneira, colocam o resultado das investigações disponível para o público.

Da maneira como estão as publicações, é possível questionar algumas das ideias que se tornaram dominantes em muitas das agências financiadoras da pesquisa e da publicação científica no Brasil. Por exemplo, nós temos uma pressão muito grande para que as nossas produções sejam feitas em língua inglesa. Tenho me oposto a isso sempre que tenho a possibilidade de falar, porque, quando fazemos uma publicação científica em língua inglesa, frequentemente essa publicação não vai ter a qualidade da escrita que seria esperada. São poucos pesquisadores no Brasil que têm amplo domínio do inglês escrito. O texto em inglês geralmente é mais duro do que o texto em português, tem menos sutileza e, frequentemente, é lido com estranheza pelos falantes nativos.

Nós operamos com uma sintaxe diferente, o ritmo da nossa língua é diferente e, justamente por isso, é raro que um texto escrito por um falante do português, mas em inglês, de fato fure a bolha e seja amplamente referenciado no resto do mundo. Isso é mais grave ainda no caso das ciências humanas. Nas ciências naturais, a comunicação científica frequentemente tem como seu fundamento um relato de uma experiência de laboratório. Isso é relatado com base em fórmulas, em tabelas, equações, gráficos, e o texto escrito propriamente é muito limitado. Nas ciências humanas, operamos com linguagem natural, e o domínio do idioma é uma ferramenta fundamental para exprimir as nossas ideias. Trabalhar com ferramentas emprestadas, como a língua estrangeira, prejudica o resultado. Isso é um dos lados da questão.

Outro lado da questão é o fato de que, ao trabalhar em língua estrangeira, se abandona o diálogo com a sociedade brasileira. Segundo estimativas, 3% dos brasileiros têm fluência em inglês; então, ao publicar em língua estrangeira, 97% da população brasileira não têm acesso aos resultados das nossas pesquisas. Em áreas muito especializadas, onde o público é muito restrito, isso pode não ser uma questão, mas em relação às ciências humanas, quase toda a produção é compreensível para o leitor culto, para o leitor informado. Produções na área da sociologia, antropologia, ciência política, história, psicologia, educação, não têm por que impedir que o público mais amplo as conheça.

Ao publicar em inglês, abrimos mão do diálogo com a sociedade que nos cerca, então acredito que esse é o segundo motivo importante pelo qual nós devemos manter a produção científica escrita em português. O terceiro ponto é: se abrimos mão de publicar em português, estaremos transformando português em uma língua inferior. Tem todo um vocabulário em vários ramos da ciência para o qual não temos mais palavras em português. Mas o português é a quinta língua mais falada do mundo. É um absurdo que, por conta de injunções geopolíticas — pois é fato que o inglês é a língua dominante do mundo atualmente —, que o português seja transformado em um idioma de segundo time, um idioma que não é capaz de falar ciência.

Além disso, é necessário tomar cuidados quando se pensa na comunicação científica, com indicadores padronizados, que, muitas vezes, são vistos como medidas objetivas para avaliar qualidade de uma publicação. São os índices bibliométricos — e esses índices também são complicados. Primeiro, porque a maior parte deles está vinculada às grandes editoras transnacionais da publicação científica e beneficiam os artigos publicados nas revistas das grandes editoras. Também são enviesados a favor da língua inglesa, uma vez que o rastreamento das citações, que é a base de boa parte dos índices bibliométricos, é feita sobretudo nos periódicos em inglês.

Há ainda a formação de uma correlação entre número de citações e importância do texto, que não é tão simples assim. Assim, podemos ter artigos sobre questões específicas e que sejam muito importantes, mas, como são direcionados a um grupo reduzido de especialistas, eles serão pouco citados. O que importa é se as pessoas a quem aquela discussão pode interessar vão conhecer e levar em conta aquela contribuição ou não, pois a dimensão desses públicos é muito diversa.

Portanto, não se pode simplesmente pensar em produzir artigos para pontuar bem nos *rankings*, assim como não podemos pensar que o objetivo da nossa educação é pontuar bem. Quais são nossos objetivos? Produzir um conhecimento que, de fato, seja útil para a sociedade, realmente contribuindo para a produção de um mundo social mais justo, que dê às pessoas mais autonomia em suas vidas.

Seria necessário ampliar essa discussão; parece que, muitas vezes, quando se fala de pesquisa e publicação científica, vamos seguindo no automático, pensando que o importante é a internacionalização, bons índices bibliométricos, publicar em inglês e não no que se quer para a ciência e para a publicação científica no Brasil, nos desafios que a sociedade tem que superar.

4. RCC - Em um contexto de redução de investimentos em educação e ciência no Brasil, como você vê o futuro da produção científica no campo educacional? Quais são os caminhos possíveis para garantir a continuidade e o fortalecimento das pesquisas voltadas à educação básica?

Luis Felipe Miguel - A falta de recursos para a ciência é um problema grave que vem de muito tempo, mas se agravou muito nos últimos anos. Tivemos esperança, no começo deste século, na possibilidade de reversão deste quadro. Logo enfrentamos uma situação em que a redução das verbas para a produção científica no Brasil vinha não só da política fiscal, que sempre desfavorece a educação, a ciência e as áreas de interesses social em geral, mas também da subida ao poder de forças políticas com ojeriza ao conhecimento científico.

Hoje continuamos com o problema das prioridades do orçamento público. Temos um governo cujo orçamento é limitado por um lado, pela pressão do mercado financeiro, que fica com a parte do leão do orçamento público por meio da rolagem da dívida pública, e pressionado, por outro lado, pela voracidade de uma elite política predatória, que direciona, por meio de emendas parlamentares, outra grande fatia do orçamento público para os seus interesses fisiológicos.

Infelizmente, essa é uma situação difícil de se mudar porque não parece possível construir no Brasil um consenso mínimo sobre um projeto de desenvolvimento nacional, que seja capaz de colocar a educação e a ciência como prioridades, um projeto de desenvolvimento nacional aceito pelas forças políticas mais relevantes e que passasse por cima das divergências entre os grupos que disputam o poder. Infelizmente, isso não parece ser um horizonte factível, até onde a visão alcança.

Então, é necessário promover uma disputa na sociedade para mostrar a importância disso. Existem grupos contrários ao pensamento crítico e contrários à educação fazendo uma campanha muito forte. Há a agitação de movimentos obscurantistas, como aqueles que sucederam o movimento Escola sem Partido. Temos visto organizações ricamente financiadas, como aquela fábrica de desinformação, o Brasil Paralelo, produzindo uma campanha contra o campo científico brasileiro de maneira permanente. Temos demorado para reagir.

É importante mostrar para a sociedade que produzimos conhecimento que tem impacto na vida das pessoas, que formamos profissionais que fazem diferença. Seria necessário imaginar o que seria o Brasil se não tivéssemos formando profissionais, professores, todo tipo de gente para trabalhar nos hospitais, nas escolas, na agricultura, nas obras públicas e assim por diante. A contribuição dada ao desenvolvimento do Brasil é gigantesca. O país que consegue se construir depende desse investimento na ciência e na educação.

É importante, quando se pensa no financiamento da ciência e da pesquisa, amearhar o apoio mais generalizado de pessoas que aparentemente estão afastadas desses espaços, mas que, na verdade, são as beneficiárias finais deste investimento. Isso implica, portanto, ampliar também a divulgação científica, não apenas no sentido de dar ao público conhecimento daquilo que cientistas estão fazendo, mas de como mostrar o impacto que tem na nossa vida, tanto no sentido de identificar os problemas que necessitam ser resolvidos quanto de apontar soluções para esses problemas.

Nada disso é fácil, mas são tarefas absolutamente necessárias para fazer avançar a construção de um país que seja mais desenvolvido e mais justo. Nesse sentido, a ideia de espalhar a produção da ciência, ou seja, de utilizar o método científico e de fazer com que as pessoas trabalhem nessa direção de disseminar a iniciação a ciência, é também fundamental. Mostrar que a ciência é algo que está próximo, que todos podem fazer, e que não é algo que está em um mundo distante e absolutamente incognoscível. Isto deve ser um esforço de todos os dias. ■